

IV PROJETAR 2009
PROJETO COMO INVESTIGAÇÃO: ENSINO, PESQUISA E PRÁTICA
FAU-UPM SÃO PAULO BRASIL
Outubro 2009

EIXO: PROPOSIÇÃO

CONSTRUINDO RELAÇÕES ENTRE LEITURA ESPACIAL E PRÁTICA PROJETUAL: UMA
METODOLOGIA PARA ENSINO DE PROJETO URBANO

MARIA HELENA DE ANDRADE AZEVEDO

Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (1997), especialista em Conservação Urbana pelo CECI/UFPE (1998), mestranda junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Laboratório de Pesquisa Projeto e Memória, Departamento de Arquitetura, Universidade Federal da Paraíba, Centro de Tecnologia, Campus Castelo Branco, CEP 58059-900, João Pessoa/ PB Brasil
E-mail: mhelena.br@hotmail.com

PATRÍCIA ALONSO DE ANDRADE

Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal da Paraíba (1997), mestre em Diseño de Interiores pela Universidad de Salamanca (1999).
Departamento de Arquitetura, Universidade Federal da Paraíba, Centro de Tecnologia, Campus Castelo Branco, CEP 58059-900, João Pessoa, Paraíba, Brasil.
E-mail: patalonso@ig.com.br

SILVIA LOCH

Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000), mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004).
Departamento de Engenharia e Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba, Rua da Mangueira s/n, Centro, Rio Tinto, Paraíba, Cep. 58. 297-000.
E-mail: silvialoch@ccaef.ufpb.br

RESUMO:

Apresenta-se uma metodologia para ensino de projeto urbano que tenciona responder à seguinte problemática: as propostas projetuais dos alunos distanciavam-se dos referenciais estudados e da realidade observada nos exercícios de leitura urbana. Como convencê-los de que as atividades de apreensão espacial e de diagnóstico em campo não eram etapas teóricas inertes, desconectadas da intervenção? A partir daí, tomaram-se como base autores como Del Rio, Jacobs, Lynch, Lamas, Cullen, Ferrara, Jacques, Kohlsdorf, Portas e Gehl, para planejar atividades que garantissem o elo entre o processo investigativo e a ação projetual.

Os estágios da metodologia elaborada são apresentados e discutidos seqüencialmente: debate sobre questões urbanas contemporâneas; aplicação das técnicas de leitura urbana classificadas por Vicente Del Rio (1990) e das reflexões de Jacobs (2001) à realidade estudada (bairros da Grande João Pessoa); identificação das potencialidades e problemáticas locais; classificação dos elementos urbanos por ações prioritárias; associação do Estatuto da Cidade ao contexto investigado; escolha de linhas de atuação na área; estudo de projetos correlatos; e desenvolvimento do exercício projetual.

O esforço para cobrir lacunas entre a investigação e o projeto decompôs o **processo** projetual que, parcelado, ficou mais claro para o aluno. A **investigação** participa de todas as fases, levando a uma **cognição** contínua. As respostas estão sempre sendo (re)elaboradas, a partir de reflexões críticas constantes, evitando-se decisões aleatórias. O **projeto** apresenta-se como uma ação cíclica, envolvendo investigação, reflexão e solução, fruto de uma nova **leitura do espaço urbano**.

Assim, este artigo é pertinente ao tema Projeto como Investigação - eixo Proposição, do PROJETAR 2009, por apresentar uma **metodologia** de ensino para intervenção urbana que contribui para o pensar o ato de projetar, entendendo como um processo tanto o ensino de projeto quanto a ação projetual.

Palavras-chave: metodologia; leitura urbana; projeto urbano; proposição.

RESUMEN:

Se presenta una metodología para enseñanza de proyecto urbano que intenta responder a la siguiente problemática: las propuestas proyectuales de los alumnos se distanciaban de los referenciais estudiados y de la realidad observada en los ejercicios de lectura urbana. Cómo convencerlos de que las actividades de apreensión espacial y de diagnóstico en campo no eran etapas teóricas inertes, desconectadas de la intervención?

De ahí, se tomaron como base autores como Del Río, Jacobs, Lynch, Lamas, Cullen, Ferrara, Jacques, Kohlsdorf, Portas y Gehl, para planear actividades que garantizaran el elo entre el proceso investigativo y la acción proyectual.

Los estágios de la metodologia elaborada son presentados y discutidos secuencialmente: debate sobre cuestiones urbanas contemporáneas; aplicación de las técnicas de lectura urbana clasificadas por Vicente Del Río (1990) y de las reflexiones de Jacobs (2001) a la realidad estudiada (barrios de la Grande João Pessoa); identificación de las potencialidades y problemáticas locales; clasificación de los elementos urbanos por acciones prioritárias; asociación del Estatuto da Cidade al contexto investigado; elección de líneas de actuación en el área; estudio de proyectos correlatos; y desarrollo del ejercicio proyectual.

El esfuerzo para cubrir lagunas entre la investigación y el proyecto dividió el **proceso** proyectual que, parcelado, quedó más claro para el alumno. La **investigación** participa de todas las fases, construyendo de forma continua el **conocimiento**. Las respuestas son siempre (re)elaboradas, desde reflexiones críticas constantes, evitándose decisiones aleatórias. El **proyecto** se presenta como una acción cíclica, envolviendo investigación, reflexión y solución, fruto de una nueva **lectura del espacio urbano**.

Así, este artículo es pertinente al tema Projeto como Investigação - eje Proposição, del PROJETAR 2009, por presentar una **metodología** de enseñanza para intervención urbana que contribuye para el pensar el acto de proyectar, entendiendo como un proceso tanto la enseñanza de proyecto cuanto la acción proyectual.

Palabras-clave: metodología; lectura urbana; proyecto urbano; proposición.

ABSTRACT:

We present here a teaching methodology of urban project that intends to answer the following problematic: the students' urban proposals were very far from the theories studied and from the reality observed in the exercises of urban lecture.

How to convince them that the activities of spatial apprehension and diagnostic were not only theoretical stages, without connexion to the proposal? Then, we took authors like Del Rio, Jacobs, Lynch, Lamas, Cullen, Ferrara, Jacques, Kohlsdorf, Portas and Gehl, to plan activities that linked the research process to the urban action.

The stages of this methodology are presented and argued by sequence: debate on contemporary urban questions; application of urban lecture's techniques classified by Vicente Del Rio (1990) and Jacobs' reflexions (2001) to the studied reality (districts of Grande João Pessoa); identification of the local potentials and problematics; classification of urban elements by priority actions; association of the Estatuto da Cidade to the researched context; election of performance lines in the area; study of referential projects; and development of the urban design.

The effort to cover gaps between investigation and project divided the **process** and it remained clearer for the student. The **investigation** takes part of all the phases and brings a continuous **cognition**. The answers have always being (re)elaborated, from constant critical reflections, avoiding aleatory decisions. The **project** emerges as a cyclic action and wraps investigation, reflection and solution, as a result of a new **apprehension of the urban space**.

This article is pertinent to the subject Projeto como Investigação - eixo Proposição, of PROJETAR 2009, as it presents a teaching **methodology** for urban project that contributes on debating the designing act, and understands teaching and designing action as a process.

Words-key: methodology; urban lecture; urban design; proposition.

INTRODUÇÃO

Na estrutura curricular do curso de arquitetura e urbanismo do Unipê, a área de urbanismo se subdivide em quatro disciplinas. No quinto período do curso, localiza-se a disciplina Urbanismo I, na qual os alunos têm contato pela primeira vez com as práticas urbanísticas. Trata-se de uma espécie de porta de entrada na preparação do alunado para intervir na cidade e produzir o urbano. Os objetivos dessa disciplina contemplam ações como: desenvolver e consolidar a aprendizagem de metodologias de leitura do espaço urbano; exercitar um olhar crítico sobre a cidade; e realizar um exercício de intervenção urbanística.

Quanto à metodologia, sempre houve uma preocupação em colocar o aluno em contato com as leituras comunitárias, exatamente para se evitar uma abordagem meramente tecnocrata da problemática urbana. Os autores básicos abordados são Cullen, Del Rio, Jacobs, Lamas e Lynch.

De forma geral, a disciplina estava estruturada em duas etapas. Na primeira, apresentavam-se aos alunos as quatro técnicas de leitura urbana classificadas por Vicente Del Rio no livro *Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento* (1990) – Morfologia Urbana, Análise Visual, Percepção do Meio Ambiente e Comportamento Ambiental. Na segunda etapa, realizava-se um exercício de intervenção urbana com o intuito de aplicar os conhecimentos adquiridos na etapa anterior, visando consolidar uma metodologia de projeção urbana que se fundamentasse na leitura e percepção do contexto local e no respeito a essa realidade observada e a seus usuários.

No entanto, percebemos uma situação crítica a ser retrabalhada - a existência de uma descontinuidade entre as duas etapas. Não se percebia nos exercícios dos alunos uma aplicação do conhecimento prévio, e essa situação fazia com que os objetivos principais da disciplina não fossem cumpridos. Quando eles faziam uma escolha projetual, esta não refletia a leitura da realidade local que havia sido trabalhada na primeira fase do estudo. Notavam-se também situações de equipes que sequer haviam apreendido as técnicas de leitura adequadamente. Era perceptível, portanto, um lapso entre a referência teórica e bibliográfica, de um lado, e os exercícios de intervenção realizados, de outro.

A partir dessa constatação, surgiu a necessidade de se elaborar uma nova metodologia para a disciplina, onde as quatro técnicas estudadas deveriam dar um respaldo maior às decisões de projeto, envolvendo todas as etapas do exercício.

Havia ainda uma constatação, por parte das professoras, de que os estudantes entendiam as atividades de leitura urbana simplesmente como uma etapa teórica que precedia a prática do exercício projetual. O diagnóstico, por sua vez, era visto por eles como uma compilação de informações já produzidas. Portanto, o redirecionamento da metodologia de ensino da disciplina Urbanismo I deveria tornar aplicável o conhecimento teórico advindo das referências bibliográficas adotadas, a fim de sedimentá-las na formação discente. Restava, então, realizar a demanda de exercícios de tal maneira que o aluno se apropriasse do conhecimento, apreendesse a realidade urbana e respondesse, de modo coerente, aos problemas detectados.

Para que o aluno entendesse a importância de cada metodologia, foi preciso elaborar tarefas com vistas a colher informações que seriam transformadas em dados fundamentais para a etapa posterior. Na realidade, a idéia é que cada fase a ser desenvolvida seja preparatória e norteadora para a próxima etapa, que, conseqüentemente, estará atrelada à atividade anterior, com os exercícios sendo pensados como parte de um processo metodológico contínuo. A reestruturação da disciplina se preocupou ainda em enfatizar um pensamento crítico em relação às práticas projetuais de intervenção urbana, visando desenvolver uma nova postura profissional que valorize os aspectos sócio-culturais dos moradores.

1- OS PROBLEMAS E PARADIGMAS URBANOS CONTEMPORÂNEOS

No contexto dos anos 1950/1960, percebe-se, no cenário mundial, uma insatisfação em relação às proposições urbanas trazidas pelos modernistas. A idéia de um urbanismo unitário que padroniza as experiências de cidade, gerando um embrutecimento do espaço urbano e um desacordo com as aspirações dos usuários não respondia mais às necessidades urbanas.

Ondas de questionamento foram surgindo no mundo todo - em países como a França, por exemplo, através das denúncias de Guy Debord ou nos Estados Unidos, onde se destacou a figura de Jane Jacobs. Protestos como esses criticavam as intervenções de renovação urbana no período pós Segunda Guerra, baseadas nas proposições da Carta de Atenas (1933), e apontavam incompatibilidades entre os planos urbanísticos e os interesses da população. Essas reclamações começaram, então, a indicar a necessidade de uma outra abordagem de cidade não mais baseada exclusivamente em termos como racionalidade, funcionalidade, salubridade ou eficiência. Um dos desdobramentos dessa situação se deu através do desenvolvimento de

pesquisas que abordaram possibilidades de outros caminhos para a problemática urbana e para o campo disciplinar do Urbanismo.

É importante destacar que muitas dessas pesquisas foram ocorrendo em meio a um quadro mundial de questionamento às transformações operadas pelas ciências e à validade do conhecimento científico amplamente apoiado na racionalidade (SANTOS, 2004). Esse quadro gerou debates que demandaram o aumento da produção científica e uma mobilização em torno da construção de novos projetos para as ciências que se fundamentassem sobre o conhecimento científico e também sobre os saberes do senso comum, numa outra visão de mundo e da natureza humana.

Do ponto de vista do ambiente urbano, novas posturas profissionais começaram a trazer importantes proposições sobre a maneira de olhar, entender e responder aos problemas da cidade e dos seus cidadãos. A partir do trabalho de autores como Lynch e Cullen, no início da década de 60, houve o despertar de uma maneira de explorar a cidade que leva em conta não só a percepção técnica, mas também a apreensão de seus habitantes.

Diante de insatisfações com os projetos urbanos que não levavam em consideração as especificidades de cada lugar, tanto do ponto de vista físico-espacial (o sítio, a morfologia, a tipologia, a paisagem) quanto dos anseios dos moradores, passou-se a ter uma perda das referências e busca por reformulações das teorias e das práticas urbanas. A partir daí, foram surgindo algumas proposições de metodologias sobre como intervir na cidade que acabaram por alterar essa prática. O Desenho Urbano é apontado como uma delas por Del Rio (1990, p.47), que indica o seu surgimento ainda na década de 1960, acompanhado por categorias de análise da realidade espacial e pela elaboração de outras possibilidades físico-ambientais como resposta aos problemas urbanos. Além desse pensamento, destacam-se outras metodologias que são apontadas por Lacaze (1993) como:

- a Planificação Estratégica, que visa modificar as estruturas do espaço urbano;
- a Composição Urbana, para a criação de novos bairros;
- o Urbanismo Participativo, para melhorar a vida cotidiana dos habitantes;
- o Urbanismo de Gestão, para administrar a qualidade da prestação de serviços;
- o Urbanismo de Comunicação, que trabalha atraindo empresas para a imagem da cidade.

A diversidade dos métodos demanda uma escolha que deve ser pautada pela identificação de uma situação particular, um problema a ser resolvido e pelo contexto em que ele se apresenta. Na realidade, a colocação correta do problema requer um apanhado de dados, numa primeira etapa, que conduz à segunda, onde serão escolhidas linhas de atuação, que se apóiam junto aos métodos de intervenção citados acima.

2- O INÍCIO DAS ATIVIDADES COM OS ALUNOS

Em função da necessidade de se melhorar a qualidade dos espaços urbanos, faz-se necessário incentivar o pensamento crítico dos alunos com vistas a uma reformulação do seu papel, enquanto profissional em formação, nesse processo de pensar e atuar nas cidades. Dentre essas tarefas, é possível começar pela própria revisão do modelo urbano deixado como herança pelo processo de modernização, desenvolvendo, a partir daí, a construção de propostas que respeitem a paisagem, a legislação, a cultura local e os anseios dos moradores.

É importante que o estudante aprenda a observar a cidade e o morador, como também a ouvi-lo, interpretando os seus anseios e as suas necessidades em respostas urbanas pertinentes, que trabalhem o conceito de bairro, com o seu conjunto de lugares e as suas vivências cotidianas.

Apesar de todas as realidades urbanas contraditórias da contemporaneidade, a escolha do bairro como área a ser trabalhada por Urbanismo I ainda se fundamenta pelo fato de que “o bairro continua hoje a desempenhar um papel e a servir de referência” (CHALAS, 2008, p.25). O autor também entende o bairro como um pretexto, no sentido de realizador de uma translação. Sua função é de preparar ou de introduzir as discussões sobre o urbanismo enquanto prática. No que diz respeito às tarefas demandadas por essa metodologia, o bairro oferece ao aluno a possibilidade de perceber a multiplicidade das suas vivências, identificando as várias cidades dentro da cidade.

A realização do exercício pela turma começa com a formação de grupos de cinco ou seis alunos. A partir daí, é demandado às equipes a escolha de um bairro na cidade de João Pessoa ou nos municípios circunvizinhos (Grande João Pessoa), que será trabalhado por todo o semestre letivo. Registre-se aqui, a preferência dos alunos por bairros situados em áreas com padrão construtivo elevado e/ou perto de suas residências. É preciso, por vezes, a intervenção das professoras no sentido de mostrar a possibilidade da

riqueza e da diversidade que a abordagem de áreas urbanas distintas traz para as discussões e para a própria formação profissional, em função da necessidade de diferentes soluções a serem propostas. As equipes que trabalham com bairros que lhes são desconhecidos precisam se aproximar daquela realidade, até então distante. No entanto, aqueles que optam pelo próprio bairro, por exigência da metodologia, devem aprender a se distanciar, e observando-o com outros olhos, com imparcialidade.

Com o objetivo de fornecer ao aluno um instrumental prático de apreensão do espaço urbano, dentro de um processo que leve ao conhecimento da área em estudo, foram formulados exercícios que se utilizam das metodologias propostas por Del Rio (1990) no capítulo 5 do seu livro *Introdução ao Desenho Urbano: morfologia urbana, análise visual, percepção do meio ambiente e comportamento ambiental*. Essas quatro metodologias funcionam como chaves de leituras que conduzirão a uma decodificação da diversidade dos bairros, afinal levantamento é também uma atividade crítica e hermenêutica como propôs Parrinello (2008, p. 157).

3- MORFOLOGIA URBANA

Um dos caminhos possíveis para se conhecer a história de uma cidade é através do estudo de sua forma. A cidade se constitui num espaço delimitado da natureza, aonde vai se depositando o resultado da ação do homem, e a forma urbana, por sua vez, reflete a sua organização econômica e social como também a sua estrutura política. Em função da continuidade no tempo, o núcleo urbano original vai adquirindo modificações posteriores, em decorrência do natural processo de crescimento urbano.

Ao se descrever um núcleo urbano, a forma física é o meio mais importante de emissão de informações (KOHLSDORF, 1996, p.72) por ser um dado real que consta na descrição das particularidades de cada lugar. Já Lamas (2004, p.44) entende que, do ponto de vista físico, a cidade é uma concepção arquitetural e, por conseguinte, formal. Assim, pode-se entender a forma de uma cidade como uma linguagem que pode ser lida e interpretada, e um dos caminhos para se estudá-la é através da morfologia urbana, que é exatamente “[...] o estudo da forma do meio urbano nas suas partes físicas exteriores, ou elementos morfológicos, e na sua produção e transformação no tempo.” (LAMAS, 2004, p.38).

A morfologia passou a abordar o estudo das transformações realizadas pelo homem sobre o sítio físico escolhido para a fundação de um núcleo urbano. Os estudos de morfologia permitem que se investigue essa composição através da identificação e detalhamento do vocabulário físico da paisagem urbana – sítio geográfico, ruas, quadras, lotes, fachadas, edifícios, praças, monumentos, árvores ou mobiliário urbano – elementos básicos que configuram o tecido urbano, sendo responsáveis por sua aparência exterior e também por suas transformações ao longo do tempo. É a partir do modo como esses elementos interagem uns com uns outros que resulta a forma da paisagem específica de cada cidade.

Kohlsdorf (1996, p. 72), em seu livro *Apreensão da Forma da Cidade*, afirma que o exame de uma forma urbana deve se dar a partir de elementos visualmente relevantes em sua estrutura, já que a análise do espaço como forma física se atrela ao resultado da ordenação dos elementos morfológicos. Em sua proposta, a paisagem deve ser observada como uma composição plástica, com os seus elementos formadores relacionados em conjunto. É ainda possível afirmar que cada momento histórico constrói uma paisagem urbana que reflete as relações entre o homem e o seu ambiente, direcionadas pela cultura, permanentemente em evolução.

A compreensão das formas urbanas pode ser percebida em diferentes níveis – a rua, o bairro ou a cidade. Para cada uma dessas escalas, Lamas (2004, p.75) propõe que se estabeleçam categorias de análise que permitam sistematizar o conteúdo do conhecimento urbano. Ele sugere, ainda, que a leitura do espaço deve ser feita junto aos elementos morfológicos organizados em seqüência, pelo fato de que a estruturação das formas em nível setorial conduz a seu entendimento na dimensão urbana. E para exemplificar, ele diz que a forma de um bairro será composta de diferentes unidades espaciais - ruas, praças, pátios e jardins, e que a forma da cidade será composta de elementos como bairros, vias, nós viários ou parques (LAMAS, 2004, p. 76).

Os alunos são orientados a percorrer o bairro a pé, num exercício inicial de percepção e reconhecimento, tomando notas acerca das primeiras impressões. Em um segundo momento, de posse dos mapas do bairro, eles começam a levantar as informações e produzir material iconográfico – mapas de uso e ocupação, cheios e vazios urbanos, fluxo viário e identificação de edifícios singulares para o bairro.

4- ANÁLISE VISUAL

Em seu livro Paisagem Urbana, de 1961, Gordon Cullen formulou um instrumento de apreensão do espaço fortemente baseado no sentido visual, que até hoje se constitui num marco fundamental para análise da paisagem. No entender de Cullen, um ambiente é formado pela reunião de elementos que vão desde os edifícios, passando pelos anúncios, pelo tráfego, pelas árvores, pela água e mesmo por toda a natureza. Esses elementos se combinam de tal maneira que despertam emoção ou interesse. Ele chega mesmo a afirmar que “uma cidade é antes do mais uma ocorrência emocionante no meio-ambiente” (CULLEN, 1993 p.10). Assim, o objetivo desse seu método se relaciona a explorar o impacto visual e os efeitos emocionais que a cidade causa quando vivenciada por seus habitantes.

Para entender como ocorrem as reações emocionais que o meio-ambiente desperta, Cullen propôs o estudo da Visão Serial, técnica resultante de um percurso feito em uma rua por um pedestre. Ao caminhar por ela, o transeunte procura observar os apelos visuais, a organização das formas e a sucessão de diferentes planos. Nesse trajeto, é possível identificar pontos focais do bairro, seqüências espaciais, recintos e territorialidades, lugares de proteção ou de pertencimento, a tipologia e a atração visual da massa edificada.

Ao caminhar observando o bairro, o aluno pode perceber os efeitos urbanísticos resultantes da relação entre espaços amplos e edificados, ou a alternância de lugares caóticos com lugares de tranquilidade. O percurso, portanto, permite mostrar a riqueza visual do trecho escolhido e a sucessão de seus diferentes planos visuais.

O exercício de Análise Visual solicitou a indicação justificada de dois percursos a serem pesquisados pelas equipes de alunos dentro de seus bairros. É importante que um deles seja realizado em uma rua residencial. As fotografias são entregues acompanhadas por um mapa apontando o trajeto realizado com a marcação da seqüência fotográfica, como também pela interpretação, feita pela equipe, dos lugares observados e fotografados, com descrições do impacto causado e de suas sensações.

5- PERCEPÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Com a proposta de pesquisar a qualidade das cidades por meio da imagem mental que é gerada em cada pessoa a partir das formas urbanas, Kevin Lynch publicou em 1960 o seu livro A Imagem da Cidade, no qual se dedicou a estudar a legibilidade da paisagem citadina.

Como cada observador desenvolve uma experiência pessoal com os lugares, nessa etapa do trabalho, é preciso identificar a imagem ambiental que a população tem do bairro. Lynch ainda nos lembra que “grupos diferentes podem ter imagens muitíssimo diferentes da mesma realidade.” (LYNCH, 1997, p. 149). No entanto, para quem trabalha com urbanismo, as imagens coletivas, por serem mais consensuais, têm uma relevância destacada no estudo das proposições urbanas, cabendo ao pesquisador aprender a identificá-las no cenário urbano e valorizar essa memória nas diretrizes para a reorganização dos problemas urbanos.

A aplicação de questionários junto aos usuários e moradores e a sua posterior interpretação conformam um instrumento que coloca o aluno em contato direto com a população e o auxilia a perceber qual a imagem ambiental que a coletividade tem do bairro. Os mapas mentais, que acabam sendo desenhados por crianças nas escolas públicas em função da resistência dos adultos a essa ferramenta, também se mostram extremamente ricos na identificação de elementos locais que terão uma participação importante na propositura de reorganização do bairro a ser desenvolvida em outra etapa do trabalho das equipes. O trabalho de Percepção Ambiental deve procurar ainda identificar:

- os percursos, que são as rotas de movimento por onde os moradores circulam;
- os limites, que delimitam áreas ou zonas e representam uma interrupção da continuidade da paisagem;
- os setores, que são as áreas que possuem identidade própria e são delimitadas pelos limites;
- os nós, que são locais cujo espaço interior concentra atividades;
- os marcos, que são pontos de destaque na paisagem urbana, atuando como forte referência para os usuários.

Um aspecto extremamente rico dos exercícios de Percepção Ambiental reside no fato de trabalharem o contato entre a população e o alunado, para que este último aprenda a ouvir o morador, a perceber a sua imagem ambiental, a entender os seus anseios coletivos e a traduzi-los espacialmente.

6- COMPORTAMENTO AMBIENTAL

As críticas às proposições de cidade trazidas pela modernidade, em função do desrespeito aos aspectos sócio-culturais das comunidades, levaram ao desenvolvimento dos estudos de Comportamento Ambiental que estão diretamente atrelados à Psicologia do Meio-ambiente. Del Rio (1990, p.97) defende a idéia de que eles são estudos complementares aos estudos de Percepção Ambiental e visam entender como os comportamentos e ações são influenciados pelo ambiente físico-espacial.

O interesse dessa metodologia se concentra em detectar como o ambiente influencia, inibe ou determina comportamentos, gerando territórios que são usados de modo consciente ou inconsciente pela população. Em outras palavras, essa técnica pesquisa a adaptação do espaço e de elementos construtivos para determinar “ambientes comportamentais” temporários. Esses estudos têm interesse pelo uso dos espaços públicos, identificando como o arranjo espacial sugere usos e comportamentos. Tome-se como exemplo o caso de uma praça que possui ambientes sombreados e outros ensolarados. Se situada no nordeste do Brasil, a zona sombreada da praça irá atrair os usuários. Caso essa praça esteja em um país da Escandinávia, será exatamente a área ensolarada que terá a preferência de uso por parte da população.

Nessa etapa do trabalho, as equipes são orientadas a observar e escolher para estudos duas unidades comportamentais dentro do bairro. Eles são alertados para o fato de que é importante que o pesquisador se mantenha fora da cena, sem ser percebido, para não gerar alterações comportamentais. É preciso registrar os acontecimentos, observando onde ou como ocorrem os usos, quem participa, quais as atividades desenvolvidas, como a atividade se integra ao arranjo espacial (o palco de ação) e o que ocorre no entorno desse espaço (o território), se há um comportamento padrão ou se são múltiplos, quais os aspectos cronológicos da situação - dia da semana, hora, estação do ano e duração da atividade. O desenvolvimento dessa parte do exercício permite informar sobre o tipo e a qualidade da apropriação dos lugares públicos, que deverão ser trabalhados na etapa propositiva, de modo a manter ou melhorar as características positivas do uso dado pela população.

7- LEITURA DE MORTE E VIDA DAS GRANDES CIDADES E DEBATE SOBRE AS IDÉIAS DE JANE JACOBS

Faz-se, através da autora, um resgate da primeira etapa da metodologia (quando se expuseram as críticas às práticas urbanísticas modernas), conectando-a à leitura atual que o aluno faz do urbano, lembrando-lhe que os paradigmas e convicções atuais do urbanismo têm raízes em experiências, erros e acertos passados, devendo, portanto, ser entendidos em seu contexto. Ademais, a obra, embora date de 1961, discute temas ainda bem presentes em nossas cidades, o que mantém sua atualidade e efetividade.

Jacobs não é uma arquiteta que se propõe a discussões técnicas sobre a temática urbana, mas uma jornalista que se coloca na condição de dona-de-casa, mãe, vizinha, enfim, de cidadã comum, para questionar a qualidade dos espaços urbanos gerados pelos ideais modernistas. Partindo de um olhar crítico sobre a experiência do cotidiano, ela defende soluções urbanísticas claras e diretas para manter a vitalidade e segurança do espaço urbano, como a multiplicidade de usos e a escala mais humanizada das praças, parques e áreas verdes. Ademais, atesta, através de exemplos do dia-a-dia, a importância das calçadas e ruas para os contatos humanos, desenvolvendo conceitos como os “olhos da rua”, de fácil assimilação por qualquer usuário da cidade.

Contrariamente ao que poderia parecer à primeira vista, a principal contribuição da autora não é revelar ao discente o ponto de vista, demandas e necessidades dos moradores da cidade, mas fazê-lo sentir-se **como um deles**.

Embora o estudante já tivesse entrado em contato com o olhar do usuário sobre o bairro, durante os exercícios de percepção ambiental, nessa etapa ele ainda guardava sua condição de espectador, de técnico que investiga e tenta compreender a condição do morador. Permanecia a dualidade de sujeitos: o entrevistador e observador – aluno; e o entrevistado e observado – o usuário.

Com o texto de Jacobs, esses dois sujeitos se fundem. Ao expor e analisar, de forma organizada e contundente, situações urbanas costumeiras, familiares a qualquer indivíduo, Jacobs estimula o leitor a se identificar com suas colocações, a assumi-las em primeira pessoa. Assim, o discente remete às suas próprias experiências urbanas enquanto cidadão comum, abraçando sua posição de usuário e morador da cidade.

A apreensão do urbano sob esse novo ângulo dá-se de forma mais sensível, menos técnica, com mais intimidade e pessoalidade, envolvendo a memória e a vivência de cada um. O estudante se aproxima da problemática urbana, mais que isso, insere-se nela, reconhecendo ali sua realidade sentida na própria pele.

Essa aproximação, essa identificação traz consigo um potencial bem mais forte de reflexão, conscientização e de mudança de paradigmas.

A relevância dos “olhos da rua”, por exemplo, é imediatamente compreendida e unanimemente aceita, pois todos já passaram pela experiência de sentirem medo e insegurança em algum local ermo da cidade. Mas, ao aceitarem que olhos sobre a rua a tornam segura, os alunos se deparam com reflexões colaterais que têm um efeito transformador sobre os conceitos e posturas por eles assumidos até então. Modelos de produção arquitetônica e urbana segregacionistas, como os condomínios fechados e shopping centers, antes vistos com naturalidade e justificados pela constante preocupação com a segurança, passam a ser questionados, pois os estudantes descobrem a nefasta ironia da segregação sócio-espacial, entendendo que, quanto mais dividida e murada for a cidade, mais insegura e hostil ela se tornará.

Nessa etapa, o entendimento do alunato quanto à segurança dos lugares públicos evolui consideravelmente. Eles abandonam a idéia simplista de que, como solução, basta o controle estatal – através do policiamento nas ruas – ou mesmo particular – monitoramento por rondas de bairro – e concluem que a própria configuração do espaço contribui para sua segurança ou falta dela. Citando um exemplo, o grupo que trabalhou com o Bairro dos Estados percebeu que os altos e contínuos muros do CIEF – um centro desportivo estadual que ocupa todo uma quadra no local – concorriam para a sensação de insegurança dos transeuntes, que evitavam caminhar à sua volta. Em sua intervenção, a equipe optou por eliminar o extenso paredão de alvenaria, substituindo-o por gradis de ferro com recuos variados em certos pontos, o que, além de dar permeabilidade visual, rompeu a monotonia da paisagem anterior e cedeu ao domínio público parte do território antes fechado, em um ato de generosidade urbana. As calçadas foram alargadas e humanizadas com arborização, mobiliário urbano, canteiros, pequenos jardins e empraçamentos acolhedores situados nos recuos, para atrair usuários e trazer vitalidade à área.

As questões percebidas pela turma nos bairros que vêm sendo estudados, mesmo quando aparentam ser de menor relevância, quando relacionadas às idéias de Jacobs, adquirem uma nova dimensão. O caso daqueles que trabalharam com o bairro Treze de Maio é exemplar: convencido da importância das calçadas para qualidade de vida urbana, o grupo decidiu adotar, como linha de atuação para alcançar a melhoria do bairro como um todo (estágio posterior da metodologia, explicado mais adiante), o ordenamento e requalificação das suas calçadas, que sofriam, em vários trechos, problemas como privatização (devido à invasão dos muros das casas), locação inadequada de mobiliário urbano e falta de acessibilidade (desníveis acentuados, passeios excessivamente estreitos, deterioração, inadequação ou ausência do revestimento do piso).

8- IDENTIFICAÇÃO DAS POTENCIALIDADES E PROBLEMÁTICAS DO BAIRRO

Cada equipe deve especificar as temáticas urbanas positivas (potencialidades) e negativas (problemáticas), reconhecidas como mais prementes ou marcantes no bairro, segundo as leituras realizadas até então. O objetivo é fazer uma **síntese das características principais do bairro**, o que não envolve apenas elencá-las, mas também explorá-las, tentando compreender suas possíveis causas, implicações e seus efeitos sobre o espaço urbano e a comunidade.

Quando, por exemplo, afirma-se que o bairro é precário, é preciso demarcar seus trechos mais precários, e explicar essa precariedade, assinalando suas características: ausência de pavimentação ou de saneamento básico? Casas com deficiências no sistema construtivo de baixo padrão? Ao se assinalar a grande quantidade de praças como um ponto forte – como ocorreu com o trabalho sobre Castelo Branco, o bairro com maior número de praças em João Pessoa – aquelas devem ser quantificadas e localizadas na malha urbana, e cada uma deve ter suas características gerais detalhadas: estado de manutenção, forma e intensidade de uso pela comunidade, mobiliário e equipamentos urbanos presentes, arborização, etc.

Para tanto, os argumentos textuais devem ser complementados com mapas, ilustrações, fotos, esquemas e/ou gráficos. Essa exigência tenciona não só aprimorar o trabalho de identificação, ao torná-lo mais completo, minucioso e claro, mas também tem o objetivo pedagógico de levar o aluno a desenvolver a habilidade e o hábito de utilizar a iconografia como instrumento de planejamento e projeto urbano.

Importa ressaltar que, nessa fase, ocorre a **primeira demanda direta pela sistematização de um diagnóstico abrangente, embora conciso, sobre o bairro**, requerendo uma visão geral sobre o mesmo e sobre os seus atributos, para revelá-lo como uma totalidade complexa e organizada. Até então, o olhar do estudante era fragmentado, composto por micro-análises restritas às leituras dadas por cada exercício específico. Agora, ele deve relacionar todas as metodologias de apreensão urbana aplicadas, construindo conexões e deduções, para chegar a uma percepção holística do bairro. Além disso, apontar os aspectos urbanos mais evidentes do bairro significa fazer escolhas, ou seja, o aluno faz uma avaliação de juízo –

depois de reunir dados e impressões, ele pondera, seleciona e classifica, construindo os subsídios iniciais para suas tomadas de decisão futuras, relativas às propostas de intervenção.

9- CLASSIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS URBANOS POR QUATRO AÇÕES – ERRADICAR, MANTER, INTRODUIZIR, MELHORAR

Uma vez sintetizados os pontos fortes e os problemas do bairro, para garantir a efetiva relação do diagnóstico obtido com o projeto de intervenção, evitando a descontinuidade entre esses estágios, adaptou-se uma metodologia de classificação concebida e aplicada anteriormente em um projeto de extensão¹.

A metodologia consiste em, a partir das informações e análises reunidas até então, classificar os elementos urbanos em quatro categorias estipuladas por ações: erradicação; introdução; melhoria; e permanência. A primeira - erradicação – refere-se aqueles elementos cuja existência ou localização é julgada indesejável, devendo ser relocados, retirados do espaço urbano do bairro, ou até mesmo extintos. A categoria de introdução, por sua vez, abarca as carências da localidade, os componentes urbanos ausentes, mas necessários, úteis ou prazerosos, sendo, portanto, imperiosa ou oportuna sua implantação. À melhoria, correspondem os itens que existem e devem permanecer no meio urbano, mas que precisam de benfeitorias, alterações ou recuperações. Finalmente, os elementos de permanência são aqueles que, existem no local de forma satisfatória e devem ser mantidos, destacando-se por seu valor.

Essa classificação das questões espaciais urbanas consegue organizar as percepções dos alunos de forma simples e objetiva, ao mesmo tempo em que se adequa bem à complexidade do urbano, abrangendo, de forma suficientemente ampla, tanto suas mazelas, deficiências e carências, como também virtudes e potencialidades. Além disso, ela se refere a **quatro ações básicas** - melhorar, erradicar, introduzir e manter – fundamentalmente ligadas à qualidade do espaço urbano e que, em seu conjunto, abarcam as vastas possibilidades de atuação urbanística.

Pela própria natureza da ação que comporta, cada categoria guarda uma relação mais aproximada com determinado campo do urbanismo: a erradicação normalmente diz respeito a problemas de infra-estrutura, poluição visual, ausência ou ineficiência de normatização. A introdução é mais vinculada a equipamentos urbanos e serviços públicos referentes à saúde, educação, lazer, transporte e segurança. A permanência é bastante ligada a questões patrimoniais e referentes à conservação da identidade do bairro. Já a melhoria é relacionada a atos de gestão, como manutenção, recuperação física e adaptação a novos usos.

Com essa metodologia de classificação, o aluno não só sistematiza suas apreensões sobre o bairro, como forçosamente as relaciona a proposições, dispostas nas quatro categorias de ação. Esta já é, então, uma **etapa propositiva. O estudante não mais só analisa, mas começa a elaborar e ordenar propostas, a engendrar ações**, tecendo o elo entre suas investigações e a fase de intervenção.

Por vezes, os alunos apresentam algumas dúvidas, temendo classificar com duplicidade determinado elemento urbano. Questionam-se, por exemplo: erradicar o esgoto a céu aberto ou introduzir o saneamento básico? Outro caso é quando se deparam com edificações históricas, pois, embora entendam que estas devam ser consideradas como elementos de permanência, percebem que elas, muitas vezes, necessitam melhorias. A primeira situação trata-se apenas da forma de interpretação, visto que os atos são alternativos, são os dois lados opostos de uma mesma questão: opta-se por somar o positivo (introduzir sistema de saneamento) ou por subtrair o negativo (erradicar o esgoto a céu aberto). Na segunda circunstância, há realmente duas ações diversas e complementares, sendo uma a principal – permanecer – e outra acessória – melhorar.

Quanto à categoria de permanência, é interessante notar por que o estudante pensa em enquadrar nela certos edifícios, mas não o faz com outros. Esse processo de tomada de decisão o faz perceber que há edificações que detêm um conjunto de valores trazidos pelo tempo, pela história, pelo cotidiano, que as tornaram singular do ponto de vista dos significados construídos e da memória coletiva. Isso não quer dizer que apenas o edifício isolado, histórico ou não, seja elemento de permanência. Também uma rua, um conjunto urbano ou mesmo um lugar, ou determinada característica desse lugar, podem sê-lo. O grupo que trabalhou com a Torre – um bairro tradicionalmente residencial da cidade, que tem sofrido uma agressiva transformação com a proliferação de comércios, serviços e do tráfego que os acompanha – optou pela permanência do caráter residencial do bairro, que corre risco de ser descaracterizado.

¹ Trata-se de uma experiência metodológica de participação comunitária em um programa de regularização fundiária implementado em quatro municípios do litoral sul paraibano (Caaporã, Pitimbu, Pedras de Fogo e Alhandra), da qual fizeram parte as autoras Patrícia Alonso e Sílvia Loch. Para mais informações, ver: ALONSO; LOCH; LUCKWÜ; PASSOS in PEREIRA (2008)..

Já aqueles que trabalharam com Intermares – uma área na orla marítima, loteada na década de 80, que passou a ser ocupada como bairro de classe média alta – propuseram a manutenção da vegetação de restinga original daquela praia, bem como de seu calçadão, muito utilizado pelos habitantes dali, para passeios e caminhadas. A propósito, essa decisão foi fruto de uma mudança na compreensão do grupo quanto a esse espaço, pois inicialmente a restinga (um tanto quanto espessa e abundante no local) era vista como um obstáculo para o acesso à areia da praia. Esta primeira idéia foi reforçada pela opinião dos moradores, durante as entrevistas. Quando as orientações e debates levaram os estudantes a refletir sobre a situação de forma mais abrangente, confrontando seus aspectos técnicos, paisagísticos e ambientais, além da opinião leiga, eles perceberam que a vegetação era um elemento importante não só para a paisagem, mas também para a existência daquele ecossistema². Isso gerou, no momento da intervenção, um cuidado em desenvolver uma solução de acesso à praia que conservasse e protegesse a restinga.

Esse caso demonstra que aplicar metodologias que captam os olhares dos usuários não implica em aceitá-los de forma acrítica, mas somá-los ao ponto de vista técnico sobre o mesmo fenômeno. Ocorrência semelhante deu-se no trabalho com o bairro Jaguaribe. Ali, a equipe escolheu erradicar um portão que fechava uma rua sem saída, privatizada por iniciativa de seus moradores. Estes tiveram seus interesses particulares contrariados pela decisão dos alunos, que priorizou o direito da coletividade de utilizar a rua.

Embora essa classificação seja direcionada para elementos espaciais, uma vez aplicada, pode descortinar aspectos imateriais do urbano. Como elemento de introdução ou de melhoria, por exemplo, muitas vezes é apontada a segurança ou a tranquilidade. Afinal, há questões que são urbanas, mas que nem sempre são diretamente associáveis ao espaço. A cidade não é apenas construída pelo visível ou tangível, ela contém em si muito mais do que estruturas concretas: é também vivências, sensações, valores e direitos.

Mais uma vez, a demanda por material iconográfico assegura que se esmiúcem e espacializem, através de mapas, esquemas e fotos, os pontos levantados em cada categoria. Em se tratando de aspectos não palpáveis, o uso de imagens faz surgir os fatores espaciais relacionados aos mesmos. Assim, se a segurança é colocada como um elemento de melhoria, os estudantes devem mapear as ruas e áreas inseguras, podendo graduar a intensidade da insegurança por cores diferenciadas (ex.: vermelho - áreas consideradas muito perigosas; amarelo - áreas razoavelmente inseguras; verde - áreas pouco inseguras).

Ao facilitar a visualização espacial ou esquemática da realidade urbana e o resgate de sua memória, o uso da iconografia auxilia na percepção de alguns porquês dessa realidade e de possíveis respostas a ela. Assim, os instrumentos iconográficos não servem só para o registro imagético dos elementos urbanos, mas também para a análise dos mesmos. Voltando ao exemplo da segurança, quando o aluno localiza no mapa as zonas mais inseguras, ele pode também detectar, ao recordar a realidade daquela área, as características espaciais dessa insegurança (como ruas mal iluminadas ou desertas). Então, com mapas temáticos, ele pode registrar as causas diversas da insegurança (ex.: vermelho – insegurança devido à falta de iluminação; amarelo - grandes vazios; verde – presença de conflitos sociais).

10- APRESENTAÇÃO E APLICAÇÃO DO ESTATUTO DA CIDADE (LEI FEDERAL 10.257/2001).

Os alunos são apresentados ao Estatuto da Cidade em uma aula sobre seus princípios, diretrizes e instrumentos, permeada por questionamentos e discussões. Depois lhes é solicitado que façam uma associação justificada dessa legislação à realidade do bairro objeto de estudo.

O Estatuto institui as diretrizes gerais para a política urbana nacional e sedimenta o plano diretor como seu instrumento ordenador, oferecendo uma série de instrumentos capazes de responder a dilemas históricos das urbes brasileiras - como a ilegalidade urbana, por exemplo - e de propiciar um desenvolvimento urbano mais democrático e compatível com a função social da propriedade e da cidade. Trata-se de uma lei que estabelece o diálogo com conceitos universais e incontestáveis no urbanismo contemporâneo, como direito à cidade, sustentabilidade, gestão urbana democrática. Em contato com ela, o discente aprofunda sua reflexão sobre questões que já via como problemas, a exemplo da mobilidade urbana deficiente (inacessibilidade, mal funcionamento do transporte público, congestionamentos frequentes nas vias), mas também reavalia temas que a princípio enxergava de forma menos crítica, como a especulação imobiliária e a exclusão sócio-espacial.

O ato de relacionar o Estatuto ao contexto do bairro estudado evidencia sua **aplicabilidade** – a lei organiza respostas coerentes e efetivas aos conflitos urbanos, apontando medidas jurídicas, caminhos políticos para o diálogo e o acordo de vontades, e formas de captação de recursos. Assim, o estudante percebe que

² A praia de Intermares, embora tenha sido atingida pela urbanização crescente, alcançando um adensamento significativo devido à intensa verticalização, tem a peculiaridade de ser uma área de preservação ambiental e de desova de tartarugas marinhas. Assim, tem-se ali uma zona de frágil equilíbrio ecológico.

soluções aventadas e debatidas dentre as equipes e em sala - como regularizar ocupações informais, ou desapropriar imóveis não edificados ou não utilizados - não estão em um plano pessoal, inconseqüente e utópico, mas no âmbito do coletivo e do real, pois são previstas, instrumentadas e respaldadas pelo Estado, através da legislação federal. Dá-se o exemplo de Água Fria: um bairro que abriga áreas residenciais de classe média baixa, interrompidas por equipamentos de grande porte (algumas empresas, o centro administrativo do município e um campus universitário privado). O setor é completamente desprovido de espaços públicos (a exceção das vias). Apoiando-se nas possibilidades dadas pela lei 10.257/2001, a equipe propôs a desapropriação de certos vazios urbanos, para dar lugar a praças, e a transformação de um trecho ocioso do bairro em ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), além de uma operação urbana consorciada entre a municipalidade e as empresas presentes no próprio local, para criar equipamentos como um centro cultural e uma creche.

Ao interagir com esse instituto legal, o aluno adentra na **esfera da gestão e do planejamento urbano**, entendendo que a produção da cidade, além de ser interdisciplinar, por depender da contribuição de diferentes saberes e competências (advindos do urbanismo, geografia, política, economia, sociologia, direito, administração...), extrapola sua dimensão física e seu tempo presente. As possibilidades do Estatuto não se limitam a soluções de desenho urbano - elas o precedem e o superam na linha temporal no e raio de ação, dando-lhe subsídios, legitimidade e estabilidade. Essa compreensão é primordial para que o projeto do discente não seja inconseqüente ou leviano.

O Estatuto se debruça sobre questões estruturais e profundas que, muitas vezes, não são diretamente relacionadas ao plano material do espaço urbano (ainda que se reflitam sobre ele), e que excedem o momento hodierno, envolvendo passado, presente e futuro da construção contínua que é a cidade. O instituto do IPTU Progressivo, por exemplo, é uma resposta à especulação imobiliária – um problema vinculado à concentração histórica da propriedade fundiária, com raízes que remontam ao Brasil Colônia. E a ação desse instrumento não se exaure no momento em que ele é aplicado; seu efeito é continuado, estendido ao longo do tempo. Já o estabelecimento das ZEIS por si só não tem uma eficácia imediata, mas cria condições jurídicas e políticas propícias a transformações positivas futuras, ao eleger zonas determinadas da cidade para implantação prioritária de habitações de interesse social, dotando-as de padrões especiais de uso e ocupação do solo, mais simplificados e flexíveis. Complementadas por outras ações – como a desapropriação, a efetivação de programas habitacionais e/ou a regularização fundiária – as ZEIS concretizam seu potencial de melhoria urbana.

Com instrumentos dessa natureza, as percepções e decisões do estudante tendem a ser menos imediatistas, intuitivas ou ingênuas, pois aplicá-los implica em cultivar um pensamento mais abrangente sobre a cidade (no caso, sobre o bairro), englobando articulações, planificações, antevisões e soluções ao longo do tempo. Ou seja, ele começa a pensar como planejador e gestor, de forma mais complexa e em uma escala temporal mais ampla, considerando o urbano no agora e no amanhã, e atento ao seu passado. Para aplicar o direito de preempção, por exemplo, precisa-se ter uma programação e visão a longo prazo que permitam eleger, com antecipação, áreas que interessem ao Estado, seja para ordenar e direcionar a expansão urbana, para compor reserva fundiária, ou para criar espaços ou equipamentos públicos, dentre outras possibilidades. E o mesmo instrumento, quando usado para proteger ou conservar um patrimônio histórico ou cultural, importa em agir no presente a partir de um olhar estendido para o passado, resgatando valores da memória coletiva.

Ademais, o Estatuto reconhece a participação comunitária como fundamental ao desenvolvimento urbano em prol do bem coletivo, adotando-a sob formas diversas (audiências, debates e consultas públicas; gestão orçamentária participativa; participação popular obrigatória na elaboração do Plano Diretor; iniciativa popular de projeto de lei; órgãos colegiados de política urbana; controle social dos gastos públicos; etc.) e assegurando-a nos vários momentos do planejamento e execução de planos, programas e projetos urbanos. Essa postura, aliada ao fato de esta ser umas das poucas leis brasileiras cujo processo de concepção e elaboração contou com ampla participação de movimentos sociais³ tem um valor especial para a disciplina. Já em seus objetivos, Urbanismo I assinala a preocupação em acolher as leituras comunitárias na abordagem do urbano, evitando limitar-se a um posicionamento meramente tecnocrata. A validação

³ Isso em muito se deveu, como mostra Alonso (2006), resenhando os autores Alfonsin, Fernandes (2003) e Maricato (2001), ao Movimento Nacional pela Reforma Urbana: mobilização nacional iniciada na década de 70 e intensificada nos anos 80, com o engajamento de diversos setores da sociedade, entre associações, organizações não-governamentais, sindicalistas, políticos, urbanistas, juristas e representantes da sociedade civil. Esse movimento foi responsável pelo envio à Câmara dos Deputados, em 1987, da chamada Emenda Constitucional de Iniciativa Popular de Reforma Urbana, com propostas socialmente avançadas para a abordagem da questão urbana. Trechos dessa emenda foram utilizados na elaboração dos artigos 182 e 183 – referentes à política urbana - da Constituição Federal de 1988. Em 1990, foi apresentado ao Congresso Nacional o projeto de lei 5.788/90, visando regulamentar os mencionados artigos constitucionais, o qual deu origem, após mais de uma década de tramitação (durante a qual outros dezessete projetos de lei foram apensados ao original), à lei nº 10.257 de 10 de Julho de 2001 - o Estatuto da Cidade.

social imbuída no Estatuto (tanto aquela presente em sua gênese quanto a afiançada por seus artigos) também reforça sua legitimidade para a metodologia aplicada, que, no decorrer de suas etapas, envolve a participação popular e dá-lhe destaque.

Por fim, o estudo do Estatuto da Cidade também se faz importante por ser esta uma lei relativamente nova (faz oito anos de sua publicação, em 2001) e pouco explorada. Como nota Alonso (2006), seus aspectos mais inovadores, a exemplo do instituto da regularização fundiária, ainda levantam dúvidas e controvérsias, e carecem de exames mais detalhados. Como sua aplicabilidade autônoma é restrita, o Estatuto depende da elaboração e publicação dos planos diretores e de leis municipais, para ter plena eficácia. Assim, para sua efetivação e de seus instrumentos, é mister a redefinição das políticas públicas e das estratégias municipais de planejamento e ação. Formar uma nova geração de profissionais arquitetos urbanistas conscientes dos paradigmas acolhidos pela lei 10.257/2001 é essencial para alicerçar esse processo de mudança.

11- LINHAS DE ATUAÇÃO

Depois de processar o cruzamento da lista de problemas e potencialidades identificados em etapa anterior, o aluno escolhe macro ações estratégicas, que se subdividirão em ações menores com o objetivo de melhorar a qualidade urbana do bairro. Nessa fase do trabalho, é importante o aluno tomar contato com a referência bibliográfica Os Métodos do Urbanismo, de Jean-Paul Lacaze (1993), que trata de cinco diferentes processos em torno dos quais vão se concentrar estratégias de atuação para solucionar problemas urbanos. Depois de trabalhadas junto à classificação de Lacaze, as macro ações são conduzidas a extrapolarem o Desenho Urbano, apropriando-se de um dos cinco métodos de modo eficaz e conduzindo os esforços para solucionar questões cruciais para o desenvolvimento do bairro.

Por essa razão aquilo que chamamos de linhas de atuação não devem se dedicar apenas a responder a situações pontuais ou a necessidades imediatas. Elas são formuladas pelas equipes como uma estratégia para fomentar as qualidades urbanas do bairro. São indicações gerais e irradiadoras, que se derivam em ações secundárias, num efeito de capilaridade dentro do bairro, para garantir a sua aplicabilidade e a sua viabilidade. No planejamento do bairro as linhas de atuação são escolhidas como objetivos gerais, e no âmbito de cada linha, as ações funcionam como objetivos específicos. As linhas devem explorar as potencialidades de cada bairro e se concentrar em questões transversas, que digam respeito a todos, como por exemplo, a acessibilidade dos passeios públicos. E ainda que tratem de intervenções pontuais, estas deverão trazer em si um efeito que se estenda à comunidade como um todo. Enquanto isso, as ações se destinam a propósitos pontuais. Elas são elaboradas para responder ao planejamento da linha e efetivar a amplitude de seu resultado. A eficácia da linha é garantida pelo somatório de efeitos das ações. Continuando com o exemplo da acessibilidade como linha de atuação podemos ter como ações: planejamento de rotas acessíveis, nivelamento dos passeios públicos, especificação de pavimentação adequada, adoção de equipamentos e mobiliários de acordo com o desenho universal, locação de faixas de pedestre ou ordenamento de estacionamentos.

Por um lado, as linhas de atuação podem manter usos e práticas já consolidados, trabalhando-os através de outras propostas de adequação física que possa valorizá-los. É importante ter em mente que reestruturações formais podem, ainda, descortinar identidades e atributos urbanos latentes. Por outro lado, uma revitalização pode também gerar novos usos como feiras sazonais de artesanato, atividades físicas ou eventos culturais. O efeito estendido além dos acima citados tornaria uma praça, por exemplo, em um pólo de atração para outros públicos.

Como uma forma de encontrar inspiração e crítica às propostas estabelecidas pelas linhas, a metodologia prevê que os alunos simultaneamente pesquisem projetos correlatos para fundamentar suas idéias. Para ilustrar, as professoras apresentam, em sala de aula, algumas propostas de intervenção que, em sua natureza e raio de ação, se assemelham às linhas de atuação requeridas aos alunos. Uma delas é o projeto proposto para a praia de Porto de Galinhas – PE pelo PIDU – UFPE⁴. Outro exemplo é a intervenção urbana de Córdoba, na Argentina, de 1979-80, por Miguel Angel Roca. A pesquisa de correlatos é útil para construir um repertório mais amplo e variado de possibilidades para enfrentar as questões urbanas.

No exercício final da disciplina, é escolhida uma linha de atuação para ser desenvolvida como proposta projetual. Ressalte-se aqui que, em função do exercício envolver a etapa de desenho urbano, a escolha não deve recair sobre uma linha de atuação ligada à gestão do bairro. Os alunos devem chegar ao nível de anteprojeto, com especificações de materiais, de equipamentos e de mobiliário urbano. Embora essa etapa

⁴ O PIDU - Programa Interdisciplinar de Desenho Urbano, é coordenado pelo LADU – Laboratório de Arquitetura e Desenho Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, e visa criar espaços de interação entre a universidade e a sociedade, para discutir e propor intervenções no ambiente construído.

ocupe o último terço da carga horária da disciplina, contando com tempo escasso, os resultados atingidos demonstram que o desafio precípua da metodologia – garantir o vínculo entre a etapa de diagnóstico e a proposta de intervenção urbana – é alcançado com êxito.

CONCLUSÃO

Um aspecto de destaque presente na metodologia aqui relatada e analisada é a inclusão de técnicas de captação das leituras da comunidade sobre o espaço urbano. O ato em si de lidar com a alteridade em um trabalho acadêmico parece ser uma experiência inusitada e reveladora para os alunos. Eles, de forma geral, respondem a essa tarefa – ouvir o outro, observá-lo, colocar-se em seu lugar – primeiramente com ceticismo e estranhamento, e depois com curiosidade e entusiasmo. Aparentemente, não são demandados, até esse momento, no universo do curso de arquitetura, a trabalhar dessa maneira, considerando ou assumindo a lógica do usuário. Certamente isso ocorre por ser a disciplina em questão a primeira do campo de urbanismo, onde surge a figura dos habitantes da cidade, cujas percepções serão confrontadas com as do aluno, e com os quais a sua proposta (do aluno) irá interagir.

Nas disciplinas de projeto de edificações, os exercícios envolvem programas quase sempre pré-definidos, com pouca ou nenhuma flexibilidade para mudanças, e demandas mais objetivas (é o caso de projetos de arquitetura hoteleira, empresarial, comercial ou hospitalar, por exemplo). Em temas mais flexíveis e personalizados – como habitação – os clientes ou usuários são hipotéticos. Então, ainda que se criem perfis, peculiaridades e necessidades a serem atendidos, esses são imaginários e, conseqüentemente, estáticos - não existirá troca ou dialética entre arquiteto e leigos, não haverá confronto de idéias entre eles.

Ao somar o olhar dos moradores ao seu, o aluno inicia um processo de reflexão que é cíclico, não linear, e, por isso, mais complexo – confrontado com outros pontos de vista, ele é levado a reorganizar constantemente seus pensamentos - revê suas posições, faz descobertas, liberta-se de preconceitos, reforça seus argumentos. No fim desse processo, suas opiniões e decisões são bem mais sólidas e maduras.

Um ponto falho na aplicação da metodologia é que essa dialética com os habitantes do bairro só se dá durante a leitura espacial, não chegando à fase propositiva de intervenção. A pouca carga horária da disciplina Urbanismo I (60 horas no total, com 04 horas-aula de 50 minutos semanais) impede que a participação comunitária se estenda à etapa de elaboração do projeto urbano. De todo modo, conseguir que os alunos discutissem suas propostas em assembleias com os moradores não seria fácil pela própria formatação da disciplina, que é presa a calendário, horário e avaliações pré-fixadas. Talvez um projeto de extensão pudesse dar essa continuidade ao trabalho, criando um espaço para além da disciplina, mais flexível e propício a reuniões assíncronas (em relação ao calendário letivo) entre comunidade e academia. A extensão seria um meio de levar aos bairros, através de parcerias com suas associações de moradores, os resultados dos trabalhos que obtiveram bom desempenho (os bons trabalhos podem ter uma rica contribuição para seus objetos de estudo).

Professores das disciplinas seguintes da linha de urbanismo chamam a atenção para o fato de muitos alunos seguirem utilizando essa metodologia, mesmo quando ela não lhes é demandada. Segundo os relatos, eles fazem estudos morfológicos e de análise visual; entrevistam moradores; realizam mapas de comportamento ambiental; sintetizam os pontos positivos e negativos da realidade urbana; classificam os elementos urbanos pelas ações de erradicar, manter, introduzir e melhorar; desenvolvem potenciais linhas de atuação... Ou seja, eles de fato se apropriam dos procedimentos metodológicos vistos, carregando-os consigo e dando-lhes aplicabilidade em outras situações acadêmicas (tornando esperada a mesma atitude na vida profissional).

O efeito transformador da vivência mais aproximada com a realidade urbana sobre a mentalidade do aluno é uma das maiores contribuições da disciplina para sua formação. Muitos preconceitos existentes em relação a certos trechos da cidade – comumente baseados em pura ignorância e distanciamento quanto àquela realidade – são vencidos no decorrer das atividades. Os bairros mais longínquos, periféricos, ou de classes mais baixas geralmente são os mais discriminados pelos estudantes, que, a princípio, evitam elegê-los como objeto de estudo: temem-nos por perigosos, ou desprezam-nos por considerá-los desprovidos de atrativos. No entanto, ultrapassada a primeira resistência, à medida que vão conhecendo mais e mais os bairros, eles transformam sua percepção e abandonam o preconceito, reconhecendo valores e aspectos positivos ali. É exemplar o que se deu no semestre em que o objeto de estudo da disciplina foi Bayeux, município circunvizinho a João Pessoa, menos desenvolvido e tido como cidade-dormitório. Grande parte da turma resistiu a trabalhar com o lugar, por comodismo, devido à distância, ou por preconceito contra sua precariedade. Algumas equipes, irredutíveis, terminaram por migrar para bairros de João Pessoa. No entanto, os depoimentos dos alunos que efetivamente prosseguiram com a intervenção em Bayeux (e os

bons resultados por eles atingidos) atestam que eles se surpreenderam com a riqueza de aprendizado que a experiência lhes passou.

A decisão de utilizar o bairro como referência para a prática urbana mostrou ser bastante acertada. A sua escala permite atingir os objetivos da disciplina com versatilidade. O bairro comporta a uma só vez universalidade e particularidade – pode-se, nele, trabalhar com o todo, com o coletivo, e com o específico, o peculiar. Ele serve à complexidade urbana e ao contexto específico, em função da aproximação caso a caso, das singularidades de indivíduos, grupos e locais.

O bairro, os próprios trabalhos mostram, é difícil de ser delimitado. Frequentemente os limites estabelecidos pela municipalidade diferem daqueles reconhecidos pelos moradores. Suas bordas são áreas difusas, sem muita precisão. Mesmo no interior deles, por vezes há territórios orgânicos criados pelas sensações diferenciadas de pertencimento dos moradores. No bairro de Mandacaru, os alunos detectaram cinco comunidades diversas, conforme relatos dos moradores, que se identificavam como pertencentes a uma ou a outra, ainda que, pela morfologia urbana ou tipologia das edificações, não se fosse possível verificar diferenças entre aquelas áreas. Assim, muitas vezes o bairro inclui realidades confusas, indefinidas, ou até contraditórias.

Um aspecto importante da metodologia é o uso da iconografia, que perpassa todas as suas etapas transversalmente, enquanto instrumento que visa não só melhor registrar, detalhar e organizar os dados obtidos, como também auxiliar a análise do aluno, já que é uma fonte secundária de informações já sistematizadas e processadas. A disciplina tem uma preocupação didática em garantir que a iconografia seja uma ferramenta de planejamento e projeto urbano utilizada pelo aluno com eficiência. O material iconográfico, ao sintetizar informações através de imagens, é um recurso extremamente útil ao processo de intervenção em todas as suas fases – levantamento de dados, análise, diagnóstico, planejamento e desenvolvimento da proposta. Além de ser um meio de registro e comunicação com terceiros, serve à reflexão e avaliação crítica do planejador, auxiliando-o a ordenar dados, e a organizar e desenvolver suas idéias.

Os exercícios continuados são outra ferramenta metodológica essencial, desta vez para decompor o processo projetual, desnudando suas partes, desde a prospecção da área de estudo, até a definição de novas organizações espaciais. Eles constroem, em grande parte, a ligação entre a investigação e o projeto. As demandas contínuas de exercícios específicos, parcelados e seqüenciais, com subprodutos definidos, corrigidos pelos professores e devolvidos aos alunos para reelaboração, garantem a realimentação do trabalho a partir da contribuição docente. Isso assegura resultados melhores, pois leva a uma investigação e um processo cognitivo contínuos: construir – criticar – refletir - reconstruir.

BIBLIOGRAFIA

ALONSO, Patrícia. **Regularização Fundiária em Assentamentos Urbanos de Baixa Renda**. Monografia de conclusão de bacharelado em Direito. Centro Universitário de João Pessoa, 2006.

ALONSO, Patrícia; LOCH, Sílvia; LUCKWÜ, Dayse; PASSOS, Luciana. Participação Popular em Projetos de Regularização Fundiária: Relato de uma experiência. In: PEREIRA, Elson Manoel (org.). **Planejamento Urbano no Brasil: Conceitos, diálogos, e práticas**. Chapecó: Argos, 2008.

CHALAS, Yves. O Urbanismo: Pensamento “fraco” e pensamento prático. In PEREIRA, Elson Manuel (org.). **Planejamento Urbano no Brasil: Conceitos, diálogos e práticas**. Chapecó: Argos, 2008.

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. Lisboa: edições 70, 1993.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento**. São Paulo: PINI, 1990.

FERRARA, Lucrecia D' Aléssio. **Ver a Cidade**. São Paulo: Nobel, 1988.

GEHL, Jan. **La Humanización del Espacio Urbano: La vida social entre los edificios**. Barcelona: Reverté, 2006.

JACQUES, Paola Berenstein. **Apologia da Deriva: Escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. Trad. C.S.M. Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **Apreensão da Forma da Cidade**. Brasília: Ed. UNB, 1996.

LACAZE, Jean-Paul. **Os Métodos do Urbanismo**. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LYNCH, Kevin. **A imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PARRINELLO, Sandro. El Levantamiento Arquitectónico y Urbano del Reparto de Vista Alegre. In PARRINELLO, Sandro. MORCATE LABRADA, Flora (org.). **El Reparto de Vista Alegre en Santiago de Cuba**. Firenze: Edifir, 2008.

PORTAS, N.; DOMINGUES, A.; CABRAL, J. **Políticas Urbanas: Tendências, estratégias e oportunidades**. Lisboa: CEFA/FCG, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Discurso sobre as Ciências**. São Paulo: Cortez, 2004.